ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES
(MDB/PI)

PROJETO DE LEI Nº 172 /2026

Dispõe sobre a instalação obrigatória de câmeras de monitoramento por vídeo em espaços de atendimento a crianças, adolescentes e pessoas com deficiência no estado do Piauí, estabelece regras para utilização, armazenamento e acesso às imagens e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ decreta:

Art. 1º Fica obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento por vídeo nos espaços de uso comum e de atendimento de instituições públicas e privadas que prestem serviços regulares a crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, no âmbito do estado do Piauí.

Art. 2º A obrigação prevista nesta Lei aplica-se, especialmente, a:

I – escolas públicas e privadas;

II – creches e centros de educação infantil;

III – instituições de acolhimento de crianças e adolescentes;

IV – clínicas e centros de atendimento pediátrico;

V – clínicas e centros de reabilitação;

VI – instituições de atendimento a pessoas com deficiência;

VII – unidades de atendimento psicológico, terapêutico, educacional ou multidisciplinar destinadas ao público previsto nesta Lei;

VIII – demais estabelecimentos públicos ou privados que prestem atendimento contínuo ou regular a crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência, na forma do regulamento.

Art. 3º As câmeras deverão ser instaladas, preferencialmente, em:

2026

I – entradas e saídas;

II – corredores;

III – recepções;

IV – áreas de circulação;

V – salas e ambientes de atendimento coletivo, quando tecnicamente adequado;

VI – demais áreas comuns destinadas ao atendimento ou permanência dos usuários.

Parágrafo único. É vedada a instalação de câmeras em banheiros, vestiários, áreas destinadas à troca de roupas ou em qualquer ambiente em que a captação de imagens possa violar a intimidade, a privacidade ou a dignidade das pessoas.

Art. 4º A captação de imagens deverá observar os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral da criança e do adolescente, da proteção à pessoa com deficiência, da privacidade e da proteção de dados pessoais.

Art. 5º É vedada a utilização de equipamentos de monitoramento destinados à captação de áudio, salvo quando houver autorização legal específica e observadas às normas de proteção à privacidade e aos dados pessoais.

Art. 6º As imagens captadas deverão ser armazenadas em sistema seguro pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua captação, ressalvada a necessidade de conservação por período superior quando:

I – houver investigação administrativa;

II – houver procedimento policial ou judicial;

III – houver comunicação de possível violência, abuso, negligência ou outra violação de direitos;

IV – houver requisição da autoridade competente.

Art. 7º O acesso às imagens será restrito a pessoas previamente autorizadas pela instituição, observadas as normas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais.

§ 1º O acesso às imagens deverá ser registrado, permitindo a identificação do responsável, da data, do horário e da finalidade do acesso.

§ 2º As imagens poderão ser disponibilizadas às autoridades policiais, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao Conselho Tutelar ou a outros órgãos competentes, mediante solicitação legalmente fundamentada.

Art. 8º Os pais, responsáveis legais ou representantes da criança, adolescente ou pessoa com deficiência poderão requerer acesso às imagens que envolvam diretamente o atendido, observados:

I – a proteção da intimidade e da imagem de terceiros;

II – o sigilo de informações protegidas por lei;

III – as normas de proteção de dados pessoais;

IV – eventual existência de investigação ou procedimento que justifique a restrição temporária do acesso.

Art. 9º As instituições deverão afixar, em local visível, aviso informando sobre a existência de sistema de vídeo monitoramento, sua finalidade e os meios de contato do responsável pelo tratamento das imagens.

Art. 10 É vedada a divulgação, comercialização, compartilhamento ou utilização das imagens para finalidade diversa daquela prevista nesta Lei, salvo nas hipóteses autorizadas pela legislação.

Art. 11 Na ocorrência de suspeita ou constatação de violência, abuso, maus-tratos, negligência ou qualquer outra violação de direitos de criança, adolescente ou pessoa com deficiência, as imagens relacionadas aos fatos deverão ser preservadas e poderão ser encaminhadas às autoridades competentes, observada a legislação aplicável.

Art. 12 O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, estabelecendo:

I – requisitos técnicos mínimos dos equipamentos;

II – padrões de segurança para armazenamento das imagens;

III – procedimentos para acesso e fornecimento das gravações;

IV – critérios para fiscalização;

V – prazos e condições para adequação das instituições abrangidas por esta Lei.

Art. 13 As instituições abrangidas por esta Lei terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação da regulamentação, para adequação às suas disposições.

Art. 14 O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal eventualmente cabíveis.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), de agosto de 2026.

ANTÔNIO **HENRIQUE** DE CARVALHO **PIRES**

Deputado Estadual (MDB/PI).

ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO **HENRIQUE** DE CARVALHO **PIRES**
(MDB/PI)

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo fortalecer a proteção de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência atendidas em instituições públicas e privadas no Estado do Piauí, mediante a adoção de sistemas de vídeo monitoramento em áreas comuns e de atendimento.

Crianças, adolescentes e pessoas com deficiência constituem públicos que demandam especial proteção do Estado, da sociedade e das instituições responsáveis por seu atendimento. A existência de mecanismos adequados de monitoramento pode contribuir para a prevenção, identificação e esclarecimento de situações de violência, abuso, maus-tratos, negligência e outras violações de direitos.

A proposta busca ainda oferecer maior segurança às famílias e aos próprios profissionais que trabalham nessas instituições, permitindo que eventuais ocorrências possam ser devidamente esclarecidas.

Importante destacar que o projeto não autoriza vigilância indiscriminada. Ao contrário, estabelece limites expressos para a utilização das câmeras, proibindo sua instalação em banheiros, vestiários e outros ambientes incompatíveis com a preservação da intimidade e da dignidade das pessoas.

Também são estabelecidas regras para armazenamento, acesso e utilização das imagens, de modo a evitar seu uso indevido e preservar os direitos fundamentais dos usuários e trabalhadores.

A medida alcança escolas, creches, clínicas, centros de reabilitação, instituições de acolhimento e demais estabelecimentos que prestem atendimento regular ao público protegido pela proposta.

Diante da relevância social da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, ____ de _____ de 2026.

ANTÔNIO **HENRIQUE** DE CARVALHO **PIRES**

Deputado Estadual (MDB/PI).